

**Ata da 9ª Reunião Ordinária de 2017 do COMDEMA**

Ata da nona reunião ordinária de 2017 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Saneamento Básico de Franca – COMDEMA, biênio 2016/2017, realizada em conjunto com o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Franca – FMMA no dia vinte de setembro do ano de 2017 no Centro de Educação Ambiental do Município de Franca, localizado no Jardim Zoobotânico, Avenida São Francisco de Assis nº 1.000, Franca/SP. O Presidente Senhor Alex Henrique Veronez iniciou a reunião às catorze horas e cinco minutos questionando os presentes sobre a aprovação da ata da oitava reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Senhor Alex explicou aos presentes a situação dos reservatórios de água que abastecem o município e assegurou que embora a situação estivesse bastante crítica, ainda não havia a necessidade de racionamento de água em Franca, como estava acontecendo em outras cidades da região. Em relação ao empreendimento para instalação de posto de combustível na área de proteção do Rio Canoas, Senhor Alex relatou que a Câmara Técnica recomendou a exigência de EIA RIMA, uma vez que a Lei assim exigia. Senhor Pedro Agnelo Bernardes de Sá sugeriu delimitar a área de proteção do Rio Canoas para que os interessados na instalação de empreendimentos contratassem um EIA RIMA em conjunto. Senhor Edson Castro do Couto Rosa pediu a palavra para comentar sobre o acidente na represa do Castelinho. Destacou que o assunto do assoreamento da represa do Castelinho já tinha sido pauta de reunião do COMDEMA e que, inclusive, tinha sido realizada uma visita técnica no local por um grupo de conselheiros, mas que o Clube não tinha levado em consideração as deliberações do Conselho. Senhor Edson afirmou que o trabalho do Conselho foi muito bem feito e que o Conselho poderia ser chamado a se manifestar sobre as causas do acidente. Senhor Alex comentou que, segundo relatos, o acidente tinha sido causado por um problema de manutenção na comporta da represa que não se fechou. Senhor Alex lembrou que após a vistoria ao local, o Conselho havia encaminhado um relatório ao Executivo. O Senhor Márcio Fernando Silveira Rodrigues, Interlocutor do Programa Estadual Município Verde Azul - PMVA tomou a palavra e fez uma explanação do Programa. Explicou que o PMVA estava em sua décima edição com o objetivo de avaliar e melhorar a

33 gestão ambiental dos municípios paulistas. Nessa avaliação, o município  
34 precisaria atingir uma nota mínima de 80,0 para obter a certificação. Segundo o  
35 Senhor Márcio, Franca estava no Programa desde o início, tendo sido certificada  
36 em todas as edições. No ano de 2016, Franca, havia alcançado o 8º lugar, com  
37 nota 94,50. Senhor Márcio explicou que, em 2017, houve mudanças no PMVA  
38 com duas pré-certificações e uma certificação final e destacou que aquele era um  
39 programa que envolvia toda a Prefeitura e não apenas a Secretaria de Serviços e  
40 Meio Ambiente. Na sequência, Senhor Márcio apresentou o Relatório de Gestão  
41 Ambiental - RGA a ser submetido à avaliação do Programa para a certificação  
42 final, detalhando cada uma das ações para cumprimento dos critérios exigidos em  
43 cada uma das dez diretivas que compunham o RGA, a saber: Município  
44 Sustentável, Estrutura e Educação Ambiental, Conselho Ambiental,  
45 Biodiversidade, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Uso do Solo, Arborização  
46 Urbana, Esgoto Tratado e Resíduos Sólidos. Dando continuidade à reunião,  
47 Senhora Eliana Giuberti, Coordenadora Pedagógica de Educação Ambiental da  
48 Prefeitura de Franca, discorreu sobre sua participação na Câmara Técnica de  
49 Educação Ambiental. Senhora Eliana ressaltou que a Câmara Técnica era  
50 bastante dinâmica e atuante, contribuindo para construção de uma cultura de  
51 preservação dos recursos hídricos e para a difusão da importância do próprio  
52 Comitê nessa preservação. Senhor Matheus da Silva Mayor pediu a palavra e fez  
53 a leitura da Lei do COMDEMA, chamando a atenção para o grave fato ocorrido na  
54 represa do Clube Castelinho, solicitando a intervenção do COMDEMA naquele  
55 caso. Senhor Alex explicou que o assunto já havia sido discutido no início da  
56 reunião, que o Conselho vinha participando ativamente daquele problema e que  
57 caso fosse chamado o Conselho se manifestaria. Na opinião do Senhor Matheus,  
58 o COMDEMA deveria se antecipar na manifestação e não esperar ser chamado.  
59 Porém, no entendimento do Senhor Alex, o acidente na represa tinha ocorrido por  
60 falha de manutenção na comporta da represa. Senhor Cristiano Eurípedes Soares  
61 Rodrigues da Silva ponderou que, em função de tratar-se de uma represa de  
62 utilidade pública, onde poderia ser captada água, a Prefeitura teria de ajudar no  
63 desassoreamento. Senhor Cristiano lamentou não haver ações de incentivo a  
64 produtores de água e observou que um produtor rural tem a responsabilidade de

65 manter e proteger uma APP (área de preservação permanente) sozinho para que  
66 milhares de pessoas usufruam. No seu entender seria justo receber por esse  
67 serviço. Sr. Dr. Alexandre do Couto Rosa discorda da forma a que se estão  
68 implementando os ditos Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA,  
69 principalmente sobre a água. As empresas e as indústrias repassarão os valores  
70 cobrados, nos custos de seus produtos e, no outro lado da ponta, do elo da cadeia  
71 produtiva, o consumidor final, a coletividade, amargará um preço, com um  
72 desastroso efeito cascata. Lembrando que a Lei de Política Nacional de Recursos  
73 Hídricos, traz em seu bojo todos os fatos geradores de tributos, ou seja, fizeram  
74 da ÁGUA, um bem público, um bem do Poder Público. Neste sentido, modificaram  
75 drasticamente a Constituição Federal, em prejuízo de todo povo brasileiro. Senhor  
76 Alex sugeriu o envio de ofício à CETESB, solicitando informações quanto a  
77 possíveis danos ambientais ocorridos na lagoa do Castelinho. Pedindo a palavra  
78 pela Ordem, o Doutor Alexandre do Couto Rosa questionou como funcionava a  
79 SABESP e até onde o interesse público prevaleceria sobre o interesse privado já  
80 que aquela era uma empresa de capital aberto. E, também, diante da suposta  
81 crise hídrica, onde víamos a Capital São Paulo morrer afogada e seus  
82 reservatórios, principalmente, o Cantareira, utilizando os seus baixos níveis, numa  
83 demonstração clara de informações desencontradas e descabidas, deste  
84 importante recurso que é a água. Nota-se que, se houvesse realmente a tão  
85 falada crise hídrica, não se falaria de Dengue. Lembrando que, a população  
86 acreditou nos noticiários, com medo da possível falta d'água, acabaram por  
87 acumular este líquido de forma indevida. Como em crise hídrica se acumula água?  
88 Infelizmente o resultado foi desastroso, dengue. Casou morte e seqüelas graves,  
89 porque junto tivemos a Zika, Chikungunya, e outras tantas não registradas, prato  
90 cheio dos noticiários por muito tempo. Além de que, enquanto hospitais, escolas,  
91 etc eram privados da água, empresas tinham seu uso garantido. Senhor Rui  
92 Engrácia Garcia Caluz explicou que embora fosse uma empresa mista de capital  
93 aberto, A SABESP tinha diretrizes determinadas pelo Estado de São Paulo e que  
94 para se fazer saneamento básico eram necessários recursos e uma política  
95 pública continuada. Senhor Rui lembrou que a Capital Metropolitana era  
96 responsável por 80% dos recursos da SABESP e que ali estava demonstrada a

97 importância do subsídio cruzado, no qual quem recebe mais subsidia quem recebe  
98 menos. Senhor Rui reconheceu a necessidade de investimentos para o  
99 saneamento básico no Brasil, lembrou que Franca atingiu 98% da população  
100 atendida pelo saneamento básico porque houve projeto e interesse da população.  
101 Senhor Alexandre questionou se a SABESP seria responsável pelos planos de  
102 saneamento básico das cidades atendidas pela empresa e se os planos seriam  
103 disponibilizados para todos. Segundo Senhor Rui, essa era a intenção e os planos  
104 seria públicos. Senhor Dr. Alexandre do Couto Rosa, questionou se o COMDEMA  
105 seria isento para formular políticas públicas, tendo em sua composição,  $\frac{1}{4}$  (um  
106 quarto) dos Conselheiros, dos quadros funcionais da SABESP e em conjunto com  
107 a Prefeitura, somariam quase  $\frac{3}{4}$  (Três quartos) onde dificilmente em um pleito,  
108 com esta composição sairia vencedor, seria no mínimo um pleito estranho. Senhor  
109 Rui ponderou que as pessoas que trabalhavam na SABESP participavam de  
110 várias entidades como cidadãos. Senhora Eliana lembrou que as assembleias  
111 para escolha de representantes para o Conselho eram abertas, mas que havia  
112 pouca participação de entidades ambientais e de outras instituições. Senhor Alex  
113 alertou que o processo de eleição para o próximo biênio já iria ter início e que  
114 poderíamos contribuir para aumentar a participação de mais entidades e  
115 instituições para que o Conselho fosse realmente representativo da sociedade.  
116 Senhor Alexandre sugeriu uma moção de apoio à Empresa Ecology que ministrou  
117 o curso Gestão Ambiental de excelente qualidade como contrapartida pela  
118 instalação de torres de transmissão de energia na região. Senhor Rui agradeceu a  
119 oportunidade de participar do quadro de funcionários de uma empresa como a  
120 SABESP, e que se a Sabesp tiver algum projeto a apresentar, se absteria de  
121 votar. Tendo em vista que os assuntos apresentados não constavam da pauta,  
122 Senhor Alex encerrou a reunião às 16 horas e dez minutos, agradecendo a  
123 presença de todos. Justificaram suas ausências os Senhores Genaro Alvarenga  
124 Fonseca, José Chozem Kochi, Lázaro Antônio Felício, Robson Alessandro  
125 Barbosa, Cesar Roberto Guimarães, Alessandro Palma, Cid da Costa, Célio  
126 Augusto Pereira Rodrigues, Danilo Antolin Gomes, Maurício de Azevedo Valentini,  
127 Orlando Antunes Cintra Filho e as Senhoras Teresinha Vicentina Silva Goulart,  
128 Alba Regina Barbosa Araújo e Angela Maria Pimenta. Eu, Eliana Jacintho de Lima

129 Goulart Giuberti lavrei a presente ata onde assino com os demais conselheiros  
130 presentes.

131 Alex Henrique Veronez Alex Henrique Veronez

132 Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti

133 Márcio Fernando Silveira Rodrigues Márcio Fernando Silveira Rodrigues

134 Roseli Lemos Borges Roseli Lemos Borges

135 Néelson Elias Salomão Néelson Elias Salomão

136 Rui Engrácia Garcia Caluz Rui Engrácia Garcia Caluz

137 Luciano Reami Luciano Reami

138 Ricardo Faleiros Sousa Ricardo Faleiros Sousa

139 Cristiano Eurípedes Soares Rodrigues da Silva Cristiano Eurípedes Soares Rodrigues da Silva

140 Ailton Gomes da Silva Ailton Gomes da Silva

141 Pedro Agnelo Bernardes de Sá Pedro Agnelo Bernardes de Sá

142 Lázaro Antônio Reinaldi Lázaro Antônio Reinaldi

143 Edson Castro do Couto Rosa Edson Castro do Couto Rosa

144 Alexandre do Couto Rosa Alexandre do Couto Rosa